

DECLARAÇÃO PARA
A TRANSIÇÃO PARA
A CULTURA DE PAZ
NO SÉCULO XXI



“OS POVOS” JÁ TÊM VOZ PRÓPRIA. ACREDITAMOS QUE A HISTÓRIA ESTÁ EM NOSSAS MÃOS E QUE OUTRO MUNDO É POSSÍVEL. UMA CULTURA GLOBAL DE PAZ É POSSÍVEL. NÃO VAMOS LAMENTAR, MAS ORGANIZAR

Em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz. Em 1999, adotou a Declaração e o Programa de Ação sobre Cultura de Paz e, nos anos que se seguiram, a Assembleia Geral continuou a exigir sua implementação. Vinte anos depois, reconhecemos que a transição da cultura da guerra e da violência para uma cultura da paz é uma utopia possível.

Reconhecemos que a Cultura de Paz está cada vez mais consolidada na consciência das pessoas e se expressa em inúmeras ações em todo o mundo. Estas incluem ações para estabelecer uma educação baseada na compreensão mútua e na solidariedade;

para promover a igualdade entre mulheres e homens em espaços com diversidade de pensamentos, opiniões e orientação sexual; promover a participação dos cidadãos na vida democrática de suas nações; defender a liberdade de expressão e o livre fluxo de informações sobre estilos de vida e decisões políticas; estabelecer formas de produção que respeitem a biodiversidade das espécies e os ambientes em que vivemos; utilizar alternativas não violentas na solução de conflitos interpessoais, locais, regionais e internacionais, baseadas no diálogo e no respeito à autonomia dos indivíduos e dos povos.

A TRANSIÇÃO PARA A CULTURA DE PAZ NO SÉCULO XXI

Reconhecemos, no entanto, que durante estes últimos 20 anos, continuamos a velha cultura com suas guerras, a criação de inimigos, a indústria e venda de armas, tráfico de drogas, corrupção e manipulação eleitoral, exploração de pessoas, controle de informação, dominação masculina, feminicídios e obstáculos às mulheres para alcançar a igualdade em todas as áreas, o extermínio de povos indígenas que vivem em muitas regiões do mundo, ataques a jornalistas e comunicadores, migração e deslocamento forçado devido à pobreza e desigualdade, e deterioração do meio ambiente com consequências negativas para os humanos e outras espécies ...

Reconhecemos que a crença generalizada na inevitável natureza violenta do ser humano nos trouxe a um ponto de inflexão em nossa história e que devemos criar e agir com urgência em novas formas de coexistência para acelerar a transição para uma Cultura de Paz.

Reconhecemos que este é um momento temeroso da história humana e que por isso mesmo toda a humanidade precisa da coragem para questionar os valores e crenças que até agora moldaram nosso entendimento e posição no mundo.

Reconhecemos também que nas últimas décadas os seres humanos puderam se expressar livremente e esperamos que, agora, “nós, os povos”, possamos participar da consolidação do multilateralismo democrático. Como nunca antes, a humanidade está ciente de que a “mudança” é a essência da vida e que, como seres vivos capazes de reflexão e mudança, podemos e devemos mudar o curso da história e de toda a humanidade.

Reconhecemos que as mudanças que emanam dos indivíduos podem nos guiar na busca daquilo que nos liga aos outros humanos e a toda vida. Mas, também reconhecemos que a mudança individual não é suficiente e que a transição para uma Cultura de Paz requer mudanças e reformas profundas das instituições e políticas para tornar possível uma transformação coletiva.

Reconhecemos que o sistema das Nações Unidas tem capacidade para promover a Cultura de Paz. Um exemplo disso foi o período entre 1992 e 2000, durante o qual o Programa Cultura de Paz da UNESCO conseguiu desenvolver planos eficazes para a paz em El Salvador e na Guatemala e conseguiu que alguns países incorporassem o conceito em suas constituições. Durante o Ano Internacional da Cultura de Paz, 75 milhões de pessoas foram mobilizadas para assinar o Manifesto 2000, comprometendo-se a promover uma cultura de paz em suas comunidades.

Reconhecemos que é necessário e urgente inventar um futuro baseado na igual dignidade e na fraternidade.

POR ESTAS RAZÕES RECORDAMOS ...

Lembramos a Carta das Nações Unidas assinada em 1945 no final da Segunda Guerra Mundial e cujo preâmbulo declara:

Nós os povos [...]

determinados [...]

para reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e de nações grandes e pequenas,

para promover o progresso social e melhores padrões de vida em maior liberdade,

e para esses fins

praticar a tolerância e viver juntos em paz uns com os outros como bons vizinhos, e unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e

assegurar, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, exceto no interesse comum, e

empregar mecanismos internacionais para a promoção do progresso econômico e social de todos.

**A TRANSIÇÃO PARA
A CULTURA DE PAZ
NO SÉCULO XXI**

Lembramos a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, adotada em 1945, que estabelece:

Que, uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas; [...]

Que a ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência e atenção mútuas;

Que uma paz baseada exclusivamente nos arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse assegurar o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que a paz deve, portanto, ser fundada, para não falhar, na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Lembramos a Declaração sobre a utilização do progresso científico e tecnológico no interesse da paz e para o benefício da humanidade, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1975 e que afirma que:

Todos os Estados devem promover a cooperação internacional para assegurar que os resultados dos avanços científicos e tecnológicos sejam usados no interesse do fortalecimento da paz e segurança internacional, da liberdade e da independência, e também para o propósito do desenvolvimento econômico e social dos povos e sua realização dos direitos humanos e das liberdades [...]

Todos os Estados devem adotar medidas para assegurar que as realizações científicas e tecnológicas satisfaçam as necessidades materiais e espirituais de todos os setores da população.

Todos os Estados devem cooperar para o estabelecimento, fortalecimento e desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica dos países em desenvolvimento, com vistas a acelerar a realização dos direitos sociais e econômicos dos povos desses países.

Todos os Estados devem adotar medidas para estender os benefícios da ciência e da tecnologia a todos os estratos da população e para protegê-los, tanto social como

materialmente, dos possíveis efeitos nocivos do mau uso do desenvolvimento científico e tecnológico [...].

Lembramos a Resolução sobre Ciência e Paz da Assembleia Geral das Nações Unidas que desde 1988 afirma que:

[...] é necessário promover uma maior consciência entre os cientistas de todo o mundo sobre a utilidade da ciência para aumentar a paz internacional, a segurança e a cooperação, o desenvolvimento social e econômico da humanidade, a promoção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente,

[...] a necessidade de os cientistas estabelecerem um diálogo livre e aberto entre si, e com os líderes políticos e o público em geral, no que diz respeito aos desenvolvimentos científicos e suas implicações presentes e potenciais para a nossa civilização,

Lembramos a Declaração de Sevilha sobre a Violência adotada por decisão da Conferência Geral da UNESCO em 1989 e que conclui que:

[...] a biologia não condena a humanidade à guerra [...] Assim como 'as guerras começam nas mentes dos homens', a paz também começa nas nossas mentes. A mesma espécie que inventou a guerra é capaz de inventar a paz. A responsabilidade é de cada um de nós.

Lembramos a Declaração de Yamoussoukro preparada no Congresso Internacional sobre Paz na Mente dos Homens em 1989 e que afirma que:

A humanidade não pode trabalhar por um futuro que ela não consegue imaginar [...] A humanidade só poderá garantir seu futuro através de um tipo de cooperação capaz de: respeitar o predomínio da lei; levar em conta o pluralismo; assegurar maior justiça no comércio internacional; fundar-se na participação de toda a sociedade civil para a construção da paz [...] o direito de indivíduos e sociedades à qualidade do meio ambiente como fator essencial à paz [...] novas tecnologias hoje estão disponíveis para servir à humanidade. No entanto, seu uso eficaz depende da paz – tanto do fato de serem usadas para a paz, como da necessidade de um mundo pacífico para que sejam maximizados seus benefícios.

**A TRANSIÇÃO PARA
A CULTURA DE PAZ
NO SÉCULO XXI**

Lembramos a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999 e que estabelece a Cultura de Paz como:

[...] um conjunto de valores, atitudes, tradições e modos de comportamento e modos de vida baseados em:

[...] Respeito à vida, fim da violência e promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação [...]

e que exige ações para:

- 1) Fomentar uma cultura de paz por meio da educação; 2) Promover o desenvolvimento econômico e social sustentável;*
- 3) Promover o respeito por todos os direitos humanos; 4) Garantir a igualdade entre mulheres e homens; 5) Fomentar a participação democrática; 6) Antecipar a compreensão, tolerância e solidariedade; 7) Apoiar a comunicação participativa e o livre fluxo de informação e conhecimento; 8) Promover a paz e a segurança internacionais.*

Lembramos o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência, assinado por 75 milhões de pessoas em todo o mundo para se comprometerem a:

respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano sem discriminação ou preconceito;

praticar a não violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas [...];

compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;

defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, a difamação e a rejeição do outro;

promover um comportamento de consumo responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;

contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade.

Lembramos a Iniciativa de Educação em Primeiro Lugar do Secretário-Geral das Nações Unidas em 2012, que levanta como uma prioridade: Promover um entendimento profundo de que estamos unidos como cidadãos da comunidade global.

ISTO É O QUE ENTENDEMOS ...

Entendemos que a aspiração à cidadania global requer uma educação que não seja focada apenas na tolerância, mas também na aceitação da diversidade com inclusão social, compreensão mútua e cooperação.

Entendemos que, como seres humanos, não somos biologicamente determinados à violência, que nosso cérebro é formado por experiências sociais e que nossa natureza social e biológica torna a paz possível por meio da empatia, da cooperação e da capacidade de aprender e adotar formas nãoviolentas de resolução de conflitos através do diálogo, da escuta paciente e da responsabilidade de cada um.

Entendemos que os seres humanos são uma espécie social que vive junto em comunidades locais, mas também que podemos expandir nossas comunidades criando e compartilhando linguagens e símbolos.

Entendemos que, para garantir a paz na mente humana, precisamos entender em profundidade as condições de nossa biologia, nossas comunidades e nossas relações com o meio ambiente e outras espécies do planeta.

Entendemos que cada cultura tem suas próprias formas de sobreviver e interpretar o mundo, portanto, a transição para uma Cultura de Paz deve levar em consideração as várias formas pelas quais as culturas podem construir Culturas de Paz.

Entendemos que Culturas de Paz podem ser geradas a partir de nossas comunidades locais quando reconhecemos os efeitos de nossas ações

**A TRANSIÇÃO PARA
A CULTURA DE PAZ
NO SÉCULO XXI**

sobre os outros e que, dado que nossas comunidades formam as cidades que habitamos, é nas cidades que um senso de comunidade multicultural pode ser desenvolvido e fortalecido, tanto localmente quanto globalmente.

Entendemos que podemos criar e promover formas responsáveis de uso dos recursos do meio ambiente e que essas formas podem ser pautadas pelo pensamento científico não apenas voltado para o progresso, mas também para uma compreensão profunda do mundo, do bem-estar e da alegria para a vida.

Entendemos que as ciências devem contribuir para políticas e economias de paz, construindo pontes de aprendizado e empatia com a diversidade de crenças e conhecimentos tradicionais pelos quais nossa diversa e complexa humanidade compreende nosso lugar no mundo.

Entendemos que as ciências não devem focar apenas no progresso científico, mas também contribuir para o progresso social, conduzindo-nos a um conhecimento menos fragmentado e mais complexo do mundo e da nossa condição humana: reconhecendo a diversidade como riqueza; promover uma unidade baseada na universalidade do respeito e da liberdade; e ajudando-nos a resolver os graves conflitos culturais de gênero, pobreza, desigualdade, segurança, discriminação e abuso de substâncias psicoativas.

Entendemos que a expressão das Culturas de Paz pode ser facilitada em pequenos grupos e comunidades, e que essas expressões podem gerar mudanças na identidade dos grupos, consenso para decisões globais, formas mais rápidas e justas de resolução de conflitos e estratégias de autonomia local e governança policêntrica que evita coerção e autoritarismo.

Entendemos que a frase “Nós, os povos...” implica ouvir as vozes daqueles que habitam as

comunidades do mundo e não apenas os representantes dos Estados-Nação, para que sejam os cidadãos e as suas experiências que salvam as gerações sucessivas do flagelo da guerra.

Entendemos que ao ouvir as vozes de “Nós, os povos...” nos comprometemos a conhecer e defender ativamente os direitos humanos, a liberdade, a dignidade e a igualdade, preservando e respeitando a nossa diversidade.

Entendemos que ao ouvir “Nós, os povos...” assumimos a responsabilidade de buscar e criar economias e um progresso social que sejam baseados não só na aquisição de bens materiais, mas também em nosso bem-estar, no exercício de nossos direitos e a harmonia com os recursos do nosso planeta, tendo em conta o seu ritmo e renovação próprios.

Entendemos que, ao ouvir “Nós, os povos...”, nos comprometemos a fortalecer nossa unidade como seres humanos e a garantir nossa segurança com base no bem comum, sem o uso de forças armadas que ameacem nossa liberdade de expressão e desenvolvimento.

Entendemos que o progresso em direção à Cultura de Paz não se reflete no nível dos Estados Nações, que continuam a considerar a preparação militar como uma prioridade e que continuam a tomar decisões que dão continuidade à cultura de guerra; em particular, não se reflete nos Estados que controlam o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que continuam a manter armas nucleares que ameaçam a existência da humanidade.

Entendemos que nossas cidades podem ser nós para a geração de Culturas de Paz, porque ao longo da história se livraram de sua própria cultura de guerra, outorgando-a às autoridades nacionais, e porque suas políticas estão mais alinhadas com a cultura de paz do que seus equivalentes nacionais.

Por exemplo, as cidades do movimento Mayors for Peace, reúnem atualmente 7.000 prefeitos que trabalham pela cultura de paz em nível local com uma visão global.

EM VISTA AO ACIMA PROPOMOS LOCALMENTE. . .

Uma Cultura de Paz global que pode ser cultivada localmente com várias expressões promovida e favorecida pelas autoridades de nossas cidades, permitindo aos cidadãos de todo o mundo organizar a educação para a paz e propor políticas públicas que:

- Garantem investimentos orçamentários para melhorar e enriquecer os ambientes físicos e sociais das cidades, para que nossos cérebros sejam alimentados desde a primeira infância com experiências de bem-estar e consciência das condições que precisam ser transformadas em nossas comunidades.

- Promover e apoiar programas de educação para a paz em instituições públicas e em ambientes não formais por meio de iniciativas comunitárias que vão além de escolas e universidades que operam como um negócio.

- Compartilhar conhecimento científico amplo e transdisciplinar com comunidades e bairros, para que as pessoas possam questionar e pensar sobre a relevância de nossas crenças e valores; para que tomemos consciência de nossa posição no mundo e de nossa relação com as outras espécies; para que entendamos que a biologia e a história anterior não determinam nosso destino; e para que possamos aprender a resolução de conflitos com base na não-violência.

Compartilhar com as comunidades e bairros a história das culturas mundiais e suas ações em favor da paz: reconhecendo nossa unidade com os outros povos; conhecendo seus símbolos; e a

criação de novos símbolos compartilhados que promovam a aceitação do outro, a solidariedade, o respeito e a cooperação.

- Promover a transparência e o livre fluxo de informações, evitando o sigilo do Estado; promover, apoiar e dar liberdade à imaginação e à criação de novos vocabulários, linguagens e narrativas sobre a paz e transformar o retrato negativo e violento do conflito na mídia de massa.

- Divulgar os conhecimentos e as ações da sociedade civil organizada: viabilizando a democracia participativa; capacitar cidadãos, professores, jornalistas, ativistas, lideranças sociais e religiosas, policiais, estudantes, profissionais, políticos e cientistas para participarem do exercício de seus direitos humanos, monitorando as garantias de todos os direitos humanos incluindo moradia, saúde, saneamento, educação e segurança pública e, assim, avaliar o progresso da cultura de paz em suas comunidades.

- Estabelecer espaços de reflexão, escuta e diálogo entre pessoas de diferentes idades, diferentes necessidades físicas, afetivas, cognitivas e socioeconômicas, e diferentes identidades étnicas, linguísticas e de gênero.

- Promover a participação democrática por meio de mecanismos de representação equitativa para as diversidades étnicas e de gênero, livre da influência da indústria militar, das corporações de monopólio financeiro e das instituições que influenciam a política nacional.

- Priorizar a agricultura local e sustentável, a fabricação e o consumo que menos dependam do petróleo e dos monopólios corporativos, que respeitem a diversidade de espécies regionais para ajudar no combate às mudanças climáticas e aos problemas ambientais, e que promovam a criação de cooperativas que trabalhem pela economia social e solidária com foco no comércio justo e no bem-estar das famílias e grupos que os compõem.

... E NÓS PROPOMOS GLOBALMENTE

- A criação de um “Conselho de Segurança de Prefeitos” composto por representantes das principais cidades de todas as regiões do mundo. Este Conselho pode aumentar a consciência de que outro mundo é possível. Pode ser criado imediatamente, pois sua formação não requer acordos ou aprovação dos Estados Membros das Nações Unidas. Ele pode se reunir virtualmente por meio de formas modernas de comunicação e exibir na imprensa e na mídia de massa seus próprios acordos sobre questões de segurança global na agenda do Conselho de Segurança atual, incluindo questões que o Conselho de Segurança atual falhou em abordar, por exemplo, a abolição de armas nucleares.

- A criação de um Conselho de Assuntos Socioeconômicos e de um Conselho de Assuntos Ambientais nas Nações Unidas, cujas decisões representam o equilíbrio global de poderes e favorecem a adoção de acordos sobre essas matérias pelos Estados membros.

- A pronta refundação do Sistema das Nações Unidas, com uma Assembleia Geral composta por 50% de representantes dos Estados Membros e outros 50% de instituições, universidades e organizações da sociedade civil de todo o mundo que representam “Nós, os povos...”; isso permitirá o redirecionamento das políticas atuais por meio do multilateralismo democrático.

“Os povos” já têm voz própria.

Acreditamos que a história está em nossas mãos e que outro mundo é possível.

Uma cultura global de paz é possível.

Não vamos lamentar, mas organizar

Signatários

David Adams. (Autor) Iniciativa da UNESCO para o Ano Internacional da Cultura de Paz 2000; Culture of Peace News Network. Estados Unidos.

Federico Mayor Zaragoza. (Autor) Presidente de Fundación Cultura de Paz. Espanha.

Roberto Emmanuele Mercadillo Caballero. (Autor) Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología; Justicia Transicional y Paz, AC. México.

Alicia Cabezudo. Universidad Nacional de Rosario. Argentina.

Myrian Franqueira Castello. Fábrica dos Sonhos. Right to Dream Movement. Brasil.

Cristina Ávila Zesatti. Corresponsal de Paz. México.